



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público n.º 33/CPU/DA/DCP/2025

“Aquisição de Serviços de Impressão”



CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS.....	4
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª Objeto	4
Cláusula 2.ª Preço base	4
Cláusula 3.ª Contrato	4
Cláusula 4.ª Relação Contratual.....	4
Cláusula 5.ª Vigência do contrato.....	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	5
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	5
Cláusula 6.ª Obrigações principais	5
Cláusula 7.ª Local da prestação dos serviços	6
Cláusula 8.ª Conformidade, operacionalidade e garantia	6
Cláusula 9.ª Patentes e Marcas registadas	7
Cláusula 10.ª Dever de sigilo	7
Cláusula 11.ª Atualizações juridico-comerciais	7
Cláusula 12.ª Responsabilidade do cocontratante	7
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO	8
Cláusula 13.ª Preço contratual	8
Cláusula 14.ª Fatura e condições de pagamento	8
Cláusula 15.ª Gestor do contrato.....	9
CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	9
Cláusula 16.ª Sanções contratuais	9
Cláusula 17.ª Força maior.....	10
Cláusula 18.ª Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante	10
Cláusula 19.ª Resolução por parte do contraente público	11
Cláusula 20.ª Resolução por parte do cocontratante	11
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS	12
Cláusula 21.ª Cessão da posição contratual e subcontratação	12



Cláusula 22. ^a Comunicações e notificações	12
Cláusula 23. ^a Contagem dos prazos	12
Cláusula 24. ^a Proteção de dados pessoais	12
Cláusula 25. ^a Foro competente	13
Cláusula 26. ^a Legislação aplicável	13
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	14
CAPÍTULO I	14
Cláusula 27. ^a Condições gerais da prestação de serviços	14
Cláusula 28. ^a Volume da impressão estimado.....	15
Cláusula 29. ^a Equipamentos a fornecer	15
Cláusula 30. ^a Receção e configuração dos equipamentos	15
Cláusula 31. ^a Entrega e instalação dos equipamentos	16
Cláusula 32. ^a Definição dos serviços de assistência técnica.....	16
Cláusula 33. ^a Níveis de serviço.....	17
ANEXO I Especificações Técnicas Mínimas Obrigatórias dos Equipamentos e	18
Quantidades estimadas	18
ANEXO II Moradas da(o)s Orgânicas/Serviços Municipais.....	19
ANEXO III Arquitetura do Software de Gestão de Impressão em utilização no Município Lisboa	22
ANEXO IV Código de Conduta Fornecedor	23



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de concurso público urgente, que tem por objeto a “**Aquisição de Serviços de Impressão**”, através da disponibilização de 218 equipamentos de cópia, impressão e digitalização, distribuídos por quatro tipologias devidamente identificadas no ANEXO II do Programa do Procedimento (Minuta da Proposta), bem como mais adiante na PARTE II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Preço base

1. O preço base total do presente procedimento, é de € 220 691,00 (duzentos e vinte mil seiscientos e noventa e um euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base identificado no número anterior teve na sua génese uma consulta preliminar ao mercado, ao abrigo do artigo 35.º A do CCP, efetuada a 13 operadores económicos, dispondo os concorrentes da possibilidade de, caso assim o pretenderem, obter as informações trocadas no âmbito daquela mesma consulta preliminar, apenas e somente após terem apresentado as respetivas propostas.
3. A prestação dos serviços objeto do presente caderno de encargos contempla todos os custos associados e soluções para cumprimento dos requisitos, especificações técnicas e níveis de serviço exigidos na PARTE II do presente caderno de encargos.

Cláusula 3.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O presente caderno de encargos;
 - b) A proposta adjudicada;
 - c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, na sua versão atual.

Cláusula 4.^a

Relação Contratual

1. A relação contratual decorrente do ato de adjudicação e do contrato é constituída pelas seguintes entidades:
 - a) O contraente público: Município de Lisboa e
 - b) O cocontratante: a entidade a quem é adjudicada e contratada a presente aquisição de serviços.



2. Sempre que se faça referência a decisões ou procedimentos do contraente público, entender-se-á que estas são tomadas pelos dirigentes desta com competência para o efeito.

Cláusula 5.ª

Vigência do contrato

1. O contrato terá início na data da respetiva publicação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 287.º e no artigo 465.º do CCP, estimando-se para o início entre a quarta semana do mês de maio e a primeira de junho de 2025, mantendo-se em vigor pelo período de seis meses, ou até ao consumo do respetivo preço contratual se anterior ao termo estabelecido para o prazo do contrato, ou até ao início da execução do contrato celebrado na sequência da adjudicação do LOTE 1 do procedimento pré-contratual, designado por Processo n.º 14/CPI/DA/DCP/2023, em conformidade com os termos e condições definidos no respetivo presente caderno de encargos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. No caso de, na data de término do contrato indicada no número anterior (seis meses após a sua celebração e entrada em vigor), o preço contratual não se tiver esgotado, ou não ainda tenha sido iniciada a execução do contrato celebrado na sequência da adjudicação do LOTE 1 do procedimento pré-contratual, designado por Processo n.º 14/CPI/DA/DCP/2023, poderá haver lugar à celebração de uma Adenda ao contrato, ao abrigo do disposto na alínea a), do artigo 312.º do CCP, com vista a proceder-se à prorrogação do seu prazo de execução, pelo período que, à data, se vier a considerar como possível.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 6.ª

Obrigações principais

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e proposta, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) Proceder à prestação de serviços objeto do contrato, no prazo contratado;
 - b) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à entidade adjudicante e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito do contrato;
 - c) Manter inalteradas as condições da prestação de serviços, salvo nos casos previstos no presente caderno de encargos;
 - d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que a prestação de serviços é efetuada e ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes com relevância para a aquisição, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - f) Prestar toda a informação a que esteja obrigado no âmbito do presente caderno de encargos, bem como toda a informação adicional respeitante aos serviços em causa que lhe for solicitada pelo contraente público, através do gestor do contrato, de acordo com o consubstanciado no artigo 290.º-A do CCP.



- g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações assumidas;
 - h) Efetuar a correção de quaisquer erros, deficiências ou omissões, bem como prestar apoio técnico à resolução de eventuais anomalias ou falhas derivadas da prestação dos serviços ou com eles relacionados, se tal lhe for solicitado pela entidade adjudicante, sem quaisquer encargos para esta;
 - i) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à eficaz execução do contrato;
 - j) Assumir todos os encargos, incluindo equipamentos e eventual realização de testes, revelados necessários para a prestação dos serviços;
 - k) Respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes,
 - l) Garantir o cumprimento do disposto no Código de Conduta do Fornecedor para Compras Sustentáveis, nos termos do **Anexo IV** ao presente caderno de encargos;
 - m) Cumprir, nos termos do n.º 2, do artigo 451.º, o disposto no artigo 419.º-A, ambos do CCP.
2. Correm inteiramente por conta do cocontratante os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização de materiais, de *hardware*, de *software* ou de outros a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
3. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário responderá nos termos do disposto no artigo 447.º do CCP.
4. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna o cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

Cláusula 7.ª

Local da prestação de serviços

1. Os serviços objeto do presente caderno de encargos devem ser prestados no edifício onde se encontram sediados os serviços da Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Sistemas de Informação, Campo Grande, 27 – 1.º Piso, Bloco C, nas várias orgânicas municipais, nomeadamente as identificadas/localizadas no **ANEXO II** ao presente caderno de encargos, ou em outras localizações que possam vir a surgir durante a execução do contrato, resultantes de alterações/reorganização dos serviços municipais.
2. O cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega/colocação dos equipamentos de impressão objeto do contrato referidos na cláusula 1.ª do presente caderno de encargos, todos os documentos (em língua portuguesa) que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos equipamentos de impressão objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva instalação, são da inteira responsabilidade do cocontratante.

Cláusula 8.ª

Conformidade, operacionalidade e garantia

1. O cocontratante garante a conformidade e a boa execução da prestação de serviços objeto do presente Caderno de Encargos.
2. O cocontratante é responsável perante o contraente público, por qualquer defeito ou discrepância dos equipamentos de impressão objeto do contrato que existam quando estes últimos lhe são entregues.
3. O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações, e no que se refere aos elementos entregues ao contraente público, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços e bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.



Cláusula 9.^a

Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes ou licenças registadas.
2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 10.^a

Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de três anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.^a

Atualizações jurídico-comerciais

1. O cocontratante deve comunicar ao contraente público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:
 - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;
 - c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. O cocontratante obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Cláusula 12.^a

Responsabilidade do cocontratante

1. O cocontratante é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao contraente público ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução dos serviços objeto do contrato.
2. O cocontratante é responsável pela contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo os referentes à responsabilidade civil.



SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, que tem de ser igual ou inferior ao preço base definido no n.º 1, da Cláusula 2.^a do presente caderno de encargos, valor esse a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens disponibilizados ao abrigo do contrato para o respetivo local de entrega, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Na execução do contrato, o contraente público apenas paga as quantias correspondentes aos serviços efetivamente prestados, ou seja, só são devidos os valores referentes ao volume de impressão produzido pelos equipamentos efetivamente instalados e configurados nas orgânicas/serviços municipais e à prestação efetiva dos demais serviços associados, objeto do presente caderno de encargos;
4. Não há lugar a revisão de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula 14.^a

Fatura e condições de pagamento

1. O Município de Lisboa aderiu ao Portal da FE-AP para receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração, I.P., pelo que as faturas devem ser enviadas ao Serviço Municipal e com referência à morada e campos indicados nos números 3 e 4 da presente cláusula, através desta solução, pelo que para iniciar o processo de adesão à solução FEAP, devem ser efetuados os seguintes procedimentos:
 - a) Consulta à informação sobre a fatura eletrónica em:
<https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab5>
 - b) Consulta à informação específica do processo de adesão dos fornecedores em:
<https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>
 - c) Preenchimento do formulário de adesão em: https://pt.surveymonkey.com/r/FEAP_CIUS
2. Caso não seja possível a utilização da solução do número anterior, a(s) fatura (s) devem ser enviadas temporariamente para o endereço de correio eletrónico dmf.dc@cm-lisboa.pt, devendo os serviços municipais confirmar a sua receção e respetiva validação, pelos mesmos meios, considerando que a emissão das faturas deverá ser efetuada em sistemas informáticos creditados pela Autoridade Tributária e/ou satisfaçam as regras da faturação eletrónica
3. Caso não seja possível a alternativa indicada nos n.ºs 1 ou 2, as faturas devem ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade e temporariamente remetidas para Edifício Central do Município - Campo Grande n.º 25 – 8.º Piso, Bloco A, 1749 - 099 Lisboa.
4. Independentemente da forma de envio, as faturas deverão conter obrigatoriamente o NIF n.º 500 051 070 e o “Número de Compromisso”, indicado no texto do contrato ou na comunicação da adjudicação, sob pena de devolução das mesmas.
5. O prazo para pagamento das faturas é de 30 dias, a contar da data da receção das mesmas nos serviços



do contraente público

6. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou de nota de crédito/débito, consoante o caso.

7. O preço a que se refere a cláusula anterior será pago mensalmente de acordo com o volume de cópias e impressões produzidas pelos equipamentos instalados e configurados nas instalações do contraente público, devendo ainda constar em cada fatura a seguinte informação:

- a) A identificação dos equipamentos;
- b) Identificação da morada/localização dos equipamentos;
- c) Contagem inicial e final do período em análise (preto/branco e a cor) por equipamento;
- d) Número de cópias e impressões efetuadas nesse período (preto/branco e a cor) e respetivo valor associado por equipamento.

8. Desde que emitidas nos termos dos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 15.^a

Gestor do Contrato

1. De acordo com o consubstanciado no n.º 1, do artigo 290.º-A do CCP, o contraente público designa um ou mais Gestores do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Caso o contraente público designe mais do que um gestor do contrato, deve definir de forma clara as funções e responsabilidades de cada um.
3. Em casos excecionais devidamente fundamentados, o contraente público poderá contratualizar a gestão do contrato com um terceiro.
4. Antes do início de funções, o Gestor do contrato subscreve a declaração de inexistência de conflito de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII ao CCP.

CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 16.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento dos prazos de entrega definidos na cláusula 31.^a – “Entrega e Instalação dos equipamentos” - das especificações técnicas (PARTE II) do presente Caderno de Encargos, é aplicada uma sanção pecuniária, calculada com base na seguinte fórmula:

$$\text{Sanção por equipamento} = 25,00\text{€} * n.º \text{ de dias de atraso.}$$

2. Pelo incumprimento dos prazos definidos nas alíneas a), b) e c) na cláusula 33.^a – Níveis de Serviço – das especificações técnicas (PARTE II) do presente Caderno de Encargos, calculada com base na seguinte fórmula:

$$\text{Sanção por equipamento} = 54,00\text{€} * n.º \text{ de dias de atraso}$$

3. Pelo incumprimento das restantes obrigações contratuais decorrentes do contrato, o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até 1% (um por cento) do valor contratual, por cada incumprimento.

4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do valor contratual, exceto se,



atingido esse valor, o contraente público não exercer o direito à resolução do contrato, por desta resultar grave dano para o interesse público, caso em que aquele limite é elevado para 30%.

5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato a celebrar com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija ao cocontratante uma indemnização pelo dano excedente.

7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula só são aplicadas após audiência do cocontratante e não obstam a que o contraente público possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.

8. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao cocontratante e previstas no n.º 1 da presente cláusula são descontadas no pagamento da fatura que se siga à decisão de aplicação da sanção pelo contraente público, após o cumprimento do disposto no n.º 7 da presente Cláusula.

Cláusula 17.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou grupo de sociedades em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma, resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª

Cessão da posição contratual por incumprimento do Cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante deverá, caso o contraente público assim o entenda, ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele



procedimento.

2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpelará, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante, depois da notificação referida no n.º 4, apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 19.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar grave ou reiteradamente qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Deixe por qualquer forma, de dar cumprimento às condições previstas no presente caderno de encargos e demais legislação vigente;
 - b) Pelo atraso, total ou parcial, na execução dos serviços, pelo prazo superior a 15 dias ou declaração escrita do cocontratante de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante, via postal, por meio de carta registada com aviso de receção ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao contraente público, nos termos gerais de Direito.

Cláusula 20.ª

Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.



4. Salvo os casos previstos no n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução é exercido por via judicial.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

A possibilidade de cessão da posição contratual e subcontratação segue o regime previsto nos artigos 316.º e seguintes do CCP, depende sempre de autorização expressa do contraente público, permanecendo o cocontratante, no caso da subcontratação, integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1. As notificações e comunicações entre as partes do contrato devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CCP, para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato, e por uma das seguintes vias:
 - a) Por correio eletrónico;
 - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida para os efeitos consagrados no contrato a partir do 5.º dia útil seguinte ao da sua receção.
3. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico e o endereço postal.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.
- c) Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 24.ª

Proteção de dados pessoais

1. A execução do contrato resultante da presente aquisição de serviços não envolve, em princípio, o tratamento de quaisquer dados pessoais.
2. Caso na execução do contrato exista alguma exceção ao previsto no número anterior, o contraente público e o cocontratante assumem o compromisso de, em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação aplicável, celebrar um Acordo de Tratamento de Dados, que constituirá uma adenda ao contrato a celebrar ao abrigo desta aquisição, destinado à definição das respetivas responsabilidades pelo tratamento dos dados de natureza pessoal que tenham de ser recolhidos e tratados.
3. Caso seja celebrado contrato escrito, os dados pessoais contidos no mesmo são considerados



necessários para a formalização e execução do mesmo e, ainda, se necessário, para o cumprimento de outras obrigações legais, sendo aqueles de conservação permanente, em conformidade com o estipulado no artigo 5.º, n.º 1, alíneas b) e e) e no artigo 89.º, ambos do RGPD, e no artigo 21.º, n.º 2, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

4. O contraente público poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.

5. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:

- a) A exercer perante o Município de Lisboa: Direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email dpo@cm-lisboa.pt ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2.º Piso, 1749-099 Lisboa): Direito de apresentar exposições;
- c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): Direito de apresentar reclamação,
- d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: Direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

6. Na publicitação do contrato, devida em cumprimento do CCP, o contraente público procederá previamente ao expurgo dos dados pessoais dos intervenientes que não sejam necessários para assegurar esta finalidade.

Cláusula 25.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 26.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o regime previsto no CCP, na sua redação atual, e demais legislação complementar.



PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I

Cláusula 27.^a

Condições Gerais da Prestação de Serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e na respetiva proposta, incumbe ao cocontratante:

1. Fornecer, instalar e configurar os equipamentos de cópia, impressão e digitalização especificados, mais adiante, na cláusula 29.^a (“Equipamentos a fornecer”) do presente caderno de encargos, devendo os mesmos cumprir, as especificações técnicas mínimas obrigatórias constantes do **ANEXO I** ao presente caderno de encargos, bem como nos termos do definido na cláusula 31.^a (“Entrega e Instalação dos Equipamentos”).
2. Integrar os referidos equipamentos no *Software* de Gestão de Impressão em utilização, propriedade do contraente público, identificado no **ANEXO III** do presente caderno de encargos, tendo em devida atenção que o licenciamento de integração dos equipamentos no *Software* de Gestão de Impressão propriedade do município, é da inteira responsabilidade do cocontratante.
3. Prestar serviços de assistência técnica e de manutenção aos equipamentos propostos de acordo com o especificado na cláusula 32.^a (“Definição dos Serviços de Assistência Técnica”) do presente caderno de encargos.
4. Disponibilizar um CAT (Centro Atendimento Técnico) de forma a assegurar os serviços de manutenção e suporte, aos equipamentos fornecidos pelo cocontratante, que deve ser prestado em língua portuguesa e com uma cobertura 8x5, devendo o cocontratante indicar ao contraente público os seguintes dados/elementos:
 - a) Contacto telefónico para reporte de incidentes;
 - b) Endereço de email e/ou portal online para reporte de incidentes,
 - c) Informar de imediato, o responsável pela gestão do contrato por parte do contraente público, sobre os status de resolução dos incidentes abertos e enviar relatório de conclusão sobre o seu fecho.
5. Proceder se necessário à movimentação, transporte, instalação e configuração dos equipamentos propostos, a pedido do contraente público no prazo de cinco dias, entre as várias orgânicas municipais, localizadas nas moradas constantes do **ANEXO II** do presente caderno de encargos ou de outras a indicar se durante a execução do contrato vierem a verificar-se alterações nas moradas dos serviços municipais.
6. O custo associado à movimentação e transporte dos equipamentos referido na alínea anterior, é da responsabilidade do cocontratante, devendo o contraente público proceder à sua notificação para o efeito com pelo menos cinco dias ininterruptos de antecedência.
7. Disponibilizar recipientes para a recolha das embalagens e dos consumíveis já utilizados, nos locais das unidades orgânicas municipais constantes do **ANEXO II** ao presente caderno de encargos, onde se encontram os equipamentos, a indicar pelo Gestor do contrato da entidade contratante, ficando obrigado a recolhê-los e a proceder ao seu tratamento (reutilização, reciclagem ou eliminação) de acordo com as normas e a legislação atualmente em vigor.



8. Assegurar que os consumíveis fornecidos sejam compatíveis com os equipamentos propostos.
9. Disponibilizar, sempre que o contraente público o solicitar, a apresentação de manuais, notas técnicas ou outra documentação relativa aos equipamentos, em língua portuguesa.

Cláusula 28.^a

Volume de Impressão estimado

1. As quantidades estimadas de cópias/impressões previstas executar durante a prestação de serviços, para a totalidade dos equipamentos propostos, são as apresentadas no **ANEXO I** do presente caderno de encargos.
2. Apenas as cópias e as impressões são consideradas para efeitos de contabilização dos volumes de impressão produzidos.
3. As digitalizações não contam para o cômputo do volume de impressão produzido.

Cláusula 29.^a

Equipamentos a fornecer

1. No âmbito da prestação de serviços o cocontratante deve assegurar o fornecimento, instalação e configuração dos equipamentos propostos, respeitando os requisitos mínimos/especificações técnicas mínimas obrigatórias identificados no **ANEXO I** do presente caderno de encargos.
2. Os equipamentos a fornecer devem ainda cumprir os seguintes requisitos aquando da sua entrega nos locais:
 - a) Estarem aptos e em perfeitas condições para o seu correto funcionamento;
 - b) Conter todos os consumíveis e peças necessárias ao seu correto funcionamento;
 - c) A entrega dos equipamentos deve ser acompanhada das guias de remessa respetivas, sendo que uma delas deverá ser em formato digital editável, a ser enviada para endereço a comunicar pelo contraente público, nas quais se devem mencionar expressamente o local de entrega, as quantidades e a identificação dos equipamentos (marca/modelo e número de série),
 - d) Não interromper o funcionamento dos equipamentos de impressão, cópia e/ou digitalização previamente instalados nos locais de entrega até à realização com êxito dos respetivos testes de aceitação mencionados na cláusula seguinte.

Cláusula 30.^a

Receção e configuração dos Equipamentos

1. Para efeito de se proceder a testes de aceitação é necessário:
 - a) O cocontratante realizar, em cada um dos locais em que o equipamento seja instalado, um teste que visa determinar a aceitação do mesmo pelo contraente público, verificando se o mesmo cumpre os requisitos mencionados na cláusula 29.^a (“Equipamentos a fornecer”) do presente caderno de encargos,
 - b) Para cada teste o cocontratante deve elaborar um relatório técnico que reflete a entrada em funcionamento pleno do equipamento, com a sua integração na rede do contraente público e no software de gestão de impressão em utilização no Município de Lisboa, assegurando que todos os serviços se encontram operacionais.



2. Para cada um dos locais, o serviço considera-se aceite e ativo por parte do contraente público, quando o teste referido nas duas alíneas do número anterior tenha sido realizado com êxito e o respetivo relatório técnico tenha sido aprovado pelo contraente público.
3. A rejeição dos serviços não confere ao cocontratante qualquer direito a indemnização ou compensação.

Cláusula 31.^a

Entrega e Instalação dos Equipamentos

1. Os equipamentos a fornecer devem ser instalados nas orgânicas/serviços municipais do contraente público, identificada(o)s no **ANEXO II** do presente caderno de encargos, devendo essa instalação ocorrer de forma faseada, a definir em sede de projeto, entre o cocontratante e a equipa do contraente público.
2. As entregas são parciais em função das necessidades e só podem ser efetuadas após acordo prévio, por escrito, do contraente público.
3. O prazo máximo de entrega de cada equipamento é de cinco dias úteis contados a partir da receção da solicitação a que se refere o número anterior.

Cláusula 32.^a

Definição dos Serviços de Assistência Técnica

1. O cocontratante garante a assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos propostos durante o período de vigência do contrato.
2. A assistência técnica preventiva, ainda que os equipamentos não careçam de assistência técnica corretiva, abrange, pelo menos, para todos os equipamentos:
 - a) Limpeza e revisão geral bimensal;
 - b) Verificação trimestral do funcionamento, de modo a eliminar qualquer aspeto que impossibilite a adequada, corrente e normal utilização;
 - c) Inspeção visual para deteção da necessidade de substituição de peças danificadas;
 - d) Auscultação aos utilizadores sobre a performance dos equipamentos e atuar sobre as evidências reportadas;
 - e) Efetuar testes aos equipamentos de forma a aferir a qualidade de impressão/cópias e cor e a preto/branco,
 - f) Elaboração e entrega ao responsável pela gestão do contrato por parte do contraente público, de relatório técnico das intervenções efetuadas.
3. A assistência técnica corretiva abrange, pelo menos:
 - a) Fornecimento, montagem e integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) Desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) Reparação ou substituição de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) Fornecimento, montagem ou instalação de peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) Transporte dos equipamentos ou peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles equipamentos ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;



- f) Deslocações ao local de instalação ou de entrega, reparação, ou a qualquer outro;
- g) Limpezas, revisões;
- h) Mão-de-obra;
- i) Efetuar testes aos equipamentos de forma a aferir a qualidade de impressão/cópias e cor e a preto/branco;
- j) Elaboração e entrega de relatório técnico ao responsável pela gestão do contrato por parte do contraente público, das intervenções efetuadas,
- k) Fornecimento de equipamento de substituição com as mesmas características técnicas e funcionalidades até ao final do contrato, caso o equipamento avariado não seja passível de reparação ou quando o contraente público o solicitar.

4. As reparações e as substituições previstas no número anterior devem ser realizadas de acordo com os prazos fixados na cláusula seguinte, garantindo que não serão criados inconvenientes ao funcionamento dos serviços, tendo em conta a natureza dos equipamentos e o fim a que se destinam.

Cláusula 33.^a

Níveis de serviço

1. Sem prejuízo do disposto nas restantes cláusulas do presente caderno de encargos, o cocontratante obriga-se a garantir um acordo de níveis de serviço "*Service Level Agreement - SLA*", com os requisitos mínimos a seguir indicados.
2. Os serviços de assistência técnica corretiva deverão obedecer aos seguintes níveis de serviço, considerados de requisitos mínimos:
 - a) Dois dias úteis para suprir as deficiências e irregularidades detetadas durante a instalação, a contar da data da comunicação por parte do contraente público, desde que estas não impliquem a rejeição e consequente substituição dos equipamentos;
 - b) Dois dias úteis para suprir as deficiências e irregularidades detetadas nos consumíveis fornecidos, a contar da data da comunicação por parte do contraente público, desde que estas não impliquem a rejeição e consequente substituição dos equipamentos,
 - c) Dois dias úteis para garantir a resolução das anomalias em equipamentos que se encontrem inoperacionais, ou seja, que não garantam o normal funcionamento de todas as suas funcionalidades.
3. Os tempos de resolução indicados nas alíneas a), b), e c) do número anterior iniciam a sua contagem quando o incidente é comunicado ao cocontratante pelo contraente público, e terminam quando este confirma que foi estabelecido o normal funcionamento do equipamento, com todas as funcionalidades asseguradas, tendo em conta o horário de cobertura definido no número seguinte.
4. O cocontratante deve entregar mensalmente ao Gestor do contrato indicado pelo contraente público um relatório onde sejam identificados, pormenorizadamente, as assistências técnicas proativas e corretivas efetuadas aos equipamentos, sua tipologia, tempo de resposta e modo de resolução, bem como, por máquina, o número de cópias/impressões produzidas.



ANEXO I

Especificações Técnicas Mínimas Obrigatórias dos Equipamentos e Quantidades estimadas

	Tipologia 1	Tipologia 2	Tipologia 3	Tipologia Reprografia
Tipologia	MFP	MFP	<i>Printer</i>	MFP
Formato	A3	A3	A4	A3
Características	Cor	Mono	Mono	Cor
Velocidade página Mono por minuto	≥ 35 ppm	≥ 35 ppm	≥ 30 ppm	≥ 40 ppm
Requer licença para Integrar com o Software de Gestão Impressão <i>PaperCut</i> - Propriedade do Município -	SIM	SIM	Não	SIM
Volume de impressão estimado (em n.º de páginas mensais) calculado para a totalidade dos equipamentos a disponibilizar	Mono = 950 000; Cor = 400 000	Mono = 500 000	Mono = 200 000	Mono = 30 400; Cor = 40 500
Finalizador com empilhador em vários níveis e agrafador automático	Não	Não	Não	SIM
Suporte de Chão (Armário Suporte com Rodas)	SIM	SIM	Não	SIM
Écran tátil	SIM	SIM	SIM	SIM
Frente e Verso Automático	SIM	SIM	SIM	SIM
Driver Universal	SIM	SIM	SIM	SIM
Alimentador de Originais <i>DualScan</i>	SIM	SIM	Não	SIM
TOTAL EQUIPAMENTOS A DISPONIBILIZAR	160	40	16	2



ANEXO II

Moradas da(o)s Orgânicas/Serviços Municipais

Locais/Moradas
Alameda das Linhas de Torres, 171 - Quinta das Camélias
Antigo Solar da Nora, Estrada de Telheiras, 146 - Biblioteca Orlando Ribeiro
Avenida Afonso Costa, 41 - R/C
Avenida Avelino Teixeira Mota
Avenida Cidade do Porto - Quartel Encarnação
Avenida Cidade do Porto S/N.º - Bromatologia
Avenida Cidade Luanda
Avenida da Índia, 166
Avenida de Roma, 14-P - Assembleia Municipal
Avenida Defensores de Chaves 10-A, R/C - Quartel Defensores de Chaves
Avenida do Rio de Janeiro - Quartel Alvalade
Avenida Dom Carlos I
Avenida Dr Francisco Luis Gomes - Edifício Entrepasto
Avenida Dr. Francisco Luís Gomes - Palácio, R/C - Quinta Conde de Arcos
Avenida Francisco Salgado Zenha, Lote 4
Avenida Infante D. Henrique Lote 1 - Complexo Olivais
Avenida Ressano Garcia
Avenida Santo Condestável - Loja do Cidadão de Marvila
Avenida Virgílio Ferreira, n.º 745 - Edifício Lápis, Bairro do Armador
Campo Grande, 13
Campo Grande, 25
Campo Pequeno, 57-A - Biblioteca Palácio das Galveias
Casa da América Latina
Cemitério da Ajuda
Cemitério Alto S. João
Cemitério Benfica
Cemitério Carnide
Cemitério Lumiar
Cemitério Olivais
Cemitério Prazeres
Centro de Interpretação de Monsanto - Estrada do Barcal
Cidade Universitária - "Um Teatro em Cada Bairro"
CIUL - Rua do Viriato, 13-E
Estrada Chelas, 101 Brigada Coletores
Estrada da Pimenteira - CAL
Estrada das Oliveiras de Baixo, Parque Florestal de Monsanto
Estrada de Benfica - 553 - Quartel Benfica e 3.ª Companhia
Estrada de Benfica, 370 - Palácio <i>Beau Sejour</i>
Estrada de Campolide, Quinta do Zé Pinto, Estaleiro de Obra
Estrada de Chelas, 101 - Imprensa Municipal
Estrada de Telheiras - 79B
Estrada do Barcal, Monte das Perdizes, Parque Florestal de Monsanto - LXCRA



Estrada do Barcal-Monte das Perdizes - Parque do Alvito
Estrada Militar S/N (Vale do Forno) - Parque Viaturas Abandonadas-
Largo de S. Julião
Largo do Calhariz, 17 – 1.º - Biblioteca Camões
Largo do Calvário, 2 - Videoteca
Largo Graça, 53 - Quartel da Graça
Mercado da Ribeira
Mercado de Campo de Ourique
Paços do Concelho
Parque Eduardo VII de Inglaterra - Estufa Fria
Praça Bernardino Machado - Edifício Tobis
Praça Carlos Fabião, Lote 3 - Loja 3-C
Praça General Humberto Delgado (Parque de viaturas rebocadas Sete Rios)
Praça Município, 18
Praça Município, 31
Quinta Alegrete - Lugar da Cultura
Quinta da Fonte - Monsanto
Quinta de São Cristóvão
R. Maria da Fonte - Mercado Forno Tijolo - FAB LAB
Rua Alberto Oliveira - Biblioteca dos Coruchéus
Rua Alexandre Herculano, 46
Rua Américo Durão, n.º 5
Rua António Gedeão - Biblioteca de Marvila
Rua António Patrício, 26
Rua B do Bairro da Liberdade, Lotes 3 e 6
Rua Cais do Gás
Rua Cardeal Saraiva
Rua Carlos Calisto - Posto Limpeza Restelo
Rua Cidade de Lobito - Quinta Pedagógica dos Olivais
Rua D. António Luís de Sousa, B-1 a B-8
Rua D. Luís I, n.º 10
Rua da Boavista, n.º 9
Rua da Cozinha Económica - Alcântara
Rua da Junqueira, 295/297 - Biblioteca de Belém
Rua da Palma 31 - Quartel Martim Moniz
Rua da Palma, 246 - Arquivo Fotográfico
Rua das Gaivotas - Escola das Gaivotas
Rua de Marvila, 59 - Complexo Marvila (Armazém DMHU)
Rua do Arsenal - 54
Rua do Barão - Centro Arqueologia Lisboa
Rua do Comercio, n.º 8- Piso 3
Rua dos Lagares, 23 / Travessa dos Lagares, 1
Rua Douradores - Julgados de Paz
Rua Dr. José Espírito Santo - RSB
Rua Engenheiro Vieira Silva - Mercado 31 de Janeiro – Loja Cidadão Saldanha



Rua Eurico da Fonseca, 3-C - SATT
Rua Ferreira Castro - Espaço Flamengo
Rua Filinto Elísio - Quartel Alto Santo Amaro e 2.ª Companhia
Rua Filipe da Mata
Rua Filipe Duarte - Gabinete Fiscalização -
Rua Francisco Pedro Curado, 6-A - Biblioteca da Penha de França
Rua João Amaral - Pista de Atletismo Moniz Pereira
Rua João Cunha e Serra, Lote R (Oficinas)
Rua João Saraiva, 40
Rua João Silva - Complexo Casal Vistoso
Rua José Dias Coelho 27/29 - Biblioteca de Alcântara
Rua Lúcio de Azevedo, 21-B - Hemeroteca
Rua Manuel Marques, 6H - Edifício Odense
Rua Maria Andrade, 13-13B, 1.º - Esq.º (EPPMPSS)
Rua Maria Violante Vieira, Zona F, Edifício B, Lotes 9 e 10, Loja 2 e 3 - Biblioteca Itinerantes
Rua Nova do Almada n.º 53
Rua Professor Henrique Barros, Lote 2 - Armazém Prior Velho
Rua Professor Lima Basto, 69
Rua Vasco da Gama Fernandes - Quartel Alta de Lisboa e 6ª Companhia
Rua Victor Cunha Rego - Instalação Desportiva do Campo do Alto do Lumiar
UCCLA



ANEXO III

Arquitetura do **Software de Gestão de Impressão** em utilização no Município de Lisboa

- ✓ A solução suporta a instalação em servidores com os seguintes Sistemas operativos: Windows Server 2019 / 2016 / 2012 R2 (64-bit), Linux 64-bit, Red Hat 6.0 e superior, Ubuntu 14.0.4 LTS e superior, Novell Suse 12.0 e superior, Debian 9.0 e superior;
- ✓ Ambientes de cluster suportados - Microsoft Failover Cluster Manager, Microsoft Cluster Server e VMware Hight Availability Cluster;
- ✓ Base Dados suportadas: Microsoft SQL Server 2014 e superior, Microsoft Azure SQL (Base de dados Azure SQL, Instância gerida de Azure);
- ✓ API, interface de "scripting" e esquema da base de dados, aberta e documentada (de domínio público e atualizada);
- ✓ Dispõe de API para integrações, sendo a informação da API de domínio público;
- ✓ A solução possui um motor WEB integrado, sem necessidade de recurso a outros motores WEB, como por exemplo: o IIS da Microsoft e o Apache da Apache Foundation;
- ✓ A solução possui um *gateway* para com sistemas de monitorização externos, nomeadamente: PRTG e ZABBIX, entre outros;
- ✓ A solução possui suporte multimarca, permitindo integrar com os modelos de equipamentos (multifunções e impressoras) de diversos fabricantes, sem recurso a hardware externo (solução embedded no caso dos multifunções). Suporta no mínimo a integração com equipamentos dos seguintes fabricantes: Brother, Canon, Epson, HP, Konica Minolta, Kyocera, Lexmark, Olivetti, Ricoh, Samsung, Sharp, Sindoh, Toshiba, Utax e Xerox;
- ✓ Possui autenticação através de integração embutida nos multifuncionais;
- ✓ A solução contempla um mini driver universal e multimarca;
- ✓ Licenciamento perpétuo emitido em nome do Município de Lisboa;
- ✓ Licenciamento ilimitado no que respeita ao número de utilizadores, número de estações de trabalho e de servidores de impressão;
- ✓ A Solução funciona sobre a rede WAN do Município de Lisboa e todos os componentes da solução estão On-Premises.



ANEXO IV

Código de Conduta do Fornecedor

1. Introdução
 - 1.1 Enquadramento
 - 1.2 Finalidade
 - 1.3 Aplicação
 - 1.3 A nossa Expetativa
 - 1.4 Conformidade Legal
 - 1.5 Melhoria Contínua
 - 1.6 Participação, Colaboração para a Inovação e Sustentabilidade
2. Requisitos Fundamentais
 - 2.1 Corresponsabilidade Ambiental e Climática
 - 2.2 Direitos Humanos e Trabalho Digno
 - 2.3 Políticas positivas de Recursos Humanos
 - 2.4 Integridade, Ética e Práticas Anticorrupção
3. Monitorização, Avaliação e Reporte de Violações

1. INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento

O Município de Lisboa (ML) está comprometido com o desenvolvimento sustentável¹ para que a satisfação das necessidades do presente não comprometa a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Este é um desígnio para o qual a compra pública pode ser um instrumento valioso, quando alinhada com os compromissos assumidos para a sustentabilidade (ambiental, social e económica), a ação climática, a neutralidade carbónica, e ainda com os dispositivos legais, recomendações e diretivas europeias e, normas internacionais, ajudando inclusive a cimentar o nosso compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O ML reconhece que a sua ação ao serviço do munícipe tem impactes significativos sobre a economia, o ambiente e a sociedade, alguns dos quais dependem diretamente da forma como desenvolve a sua atividade e outros dependem da forma como os seus parceiros, fornecedores e subcontratados desenvolvem a sua atividade.

Face ao exposto e assumindo que a colaboração, a entajuda e a partilha de responsabilidades com o Fornecedor é fundamental para o alcance do acima mencionado, o ML define o presente Código de Conduta do Fornecedor do Município de Lisboa, que reflete os valores, práticas internas e objetivos do ML, bem como as expetativas das nossas partes interessadas, como sejam trabalhadores, munícipes, parceiros, cidadãos, reguladores e a sociedade como um todo, com o intuito de ampliar o impacto para o desenvolvimento sustentável e alcance das metas da neutralidade carbónica.

¹ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



O Código é ainda uma extensão da Estratégia para a Transparência e Prevenção da Corrupção, do Código de Ética e Conduta e da Política de Compras Sustentáveis do ML.

1.2 Finalidade

O Código de Conduta de Fornecedores (Código) descreve as nossas expetativas e define os Requisitos Fundamentais mínimos que o ML pede aos seus fornecedores para serem respeitados e cumpridos no exercício das suas relações comercial ou de parceria (Contrato).

Um Contrato com o ML, neste âmbito, integra nas suas disposições a referência ao Código e ao compromisso a assumir perante o mesmo.

1.3 Aplicação

O Código de Conduta de Fornecedores aplica-se a todos os parceiros, fornecedores e subcontratados do ML, adiante designados para efeitos deste Código, como Fornecedor.

Entende-se por parceiros as entidades que colaborem com o ML em projetos e iniciativas conjuntas em que exista da parte do ML, um processo de apoio material ou financeiro.

A aceitação do Código é um requisito para o Contrato com o ML. Através deste o Fornecedor afirma o seu compromisso de que todo o seu funcionamento está sujeito às disposições presentes neste Código, cujo estabelecido é entendido como um averbamento e não uma substituição das disposições legais, em vigor.

1.4 A nossa expetativa

A expetativa do ML é de que o Fornecedor apoie o nosso compromisso de fazer não apenas aquilo que é favorável ao negócio do ponto de vista financeiro, mas também aquilo que é favorável para as comunidades em que vivemos e trabalhamos, para o planeta e para as gerações futuras.

Esperamos que todo o Fornecedor esteja ciente deste compromisso e que abrace o cumprimento do Código, cabendo-lhe a ele disseminar, ensinar e aplicar as políticas e medidas necessárias para o seu cumprimento na sua própria organização e nas suas cadeias de abastecimento. Cabe ainda ao Fornecedor diligenciar a verificação prática da conformidade a este Código aos seus trabalhadores, agentes e cadeias de suprimento.

É igualmente expetativa do ML poder em conjunto com o Fornecedor contribuir para o incremento e melhoria de processos associados à sustentabilidade, incluindo a circularidade e inovação.

1.5 Conformidade Legal

O ML conta com o Fornecedor para o estabelecimento de procedimentos e mecanismos que garantam a identificação dos requisitos legais aplicáveis à sua atividade em todas as jurisdições em que operem, para garantir a conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis, bem como contratos e códigos. Ao operar ou comprar em diversos países, o fornecedor também deve cumprir as leis internacionais aplicáveis, de que são exemplo a lei da concorrência, comércio internacional ou proteção de dados.



1.6 Melhoria Contínua

O ML reconhece que o alcance do estabelecido neste Código é um processo exigente, dinâmico, em permanente construção e constitui um incentivo ao Fornecedor para melhorar continuamente o seu funcionamento e performance perante a sustentabilidade.

Na eventualidade da necessidade de apoio, o ML está disponível para dar o seu contributo para a identificação de metas e sistemas que assegurem que as práticas são permanentemente melhoradas ao longo da execução do Contrato.

1.7 Participação e Colaboração para a Inovação e Sustentabilidade

Sempre que aplicável e pertinente, no âmbito do Contrato celebrado, o Fornecedor deverá indicar um interlocutor para a sustentabilidade e inovação, podendo ser convidado a participar em projetos de inovação associados ao objeto da compra, em questão.

No âmbito da Compra Sustentável espera-se que o Fornecedor participe e colabore ativamente nos momentos de auscultação que o ML realiza para identificação de critérios e sustentabilidade, melhoria dos processos e gestão de risco, entre outros.

2. Requisitos Fundamentais

Para além do anteriormente mencionado, espera-se que o Fornecedor cumpra com os requisitos fundamentais apresentados neste Código, implementando as políticas, as medidas e ações necessárias que assegurem a sua implementação nas suas operações e, sempre que aplicável a verificação da observância nas operações das entidades parceiras ou subcontratadas, sempre que estiver em causa um fornecimento ao ML. Espera-se ainda que o compromisso com os requisitos fundamentais seja suportado por declarações escritas, códigos, políticas, contratos ou outras evidências, entre o Fornecedor e o ML.

Os Requisitos Fundamentais organizam-se em torno de 3 eixos: (1) Corresponsabilidade Ambiental e Climática; (2) Direitos Humanos e Trabalho Digno; (3) Integridade, Ética e Práticas Anticorrupção.

2.1 Corresponsabilidade Ambiental e Climática

Responsabilidade Ambiental

O Fornecedor deve sempre que aplicável e possível, alinhar a sua atividade produtiva e gestão organizacional com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os compromissos nacionais assumidos, em matéria de sustentabilidade, ação climática e neutralidade carbónica.

Deve ainda desenvolver procedimentos e mecanismos que permitam a identificação dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade em matéria de ambiente.

Este compromisso, implica que o Fornecedor desenvolva mecanismos que permitam garantir a conformidade legal nas entidades que operam ao nível das suas cadeias de abastecimento e, gerir as suas operações de forma



ambientalmente responsável, o que envolve conhecer e atuar sobre os impactes gerados pelas suas atividades, a montante e a jusante.

Poluição e Redução de Emissões

O Fornecedor deve adotar medidas razoáveis para minimizar as emissões de gases com efeito de estufa e de poluentes tóxicos e perigosos.

Recursos e Resíduos

O Fornecedor deve promover uma gestão eficiente dos recursos e procurar a redução do consumo de energia elétrica, matérias-primas com elevado impacte no ambiente, água e combustíveis fósseis, e sempre que possível, através de utilização de fontes de energia renovável. Deve ainda envidar todos os esforços para a redução de resíduos libertados da sua atividade e incrementar, a circularidade, a reutilização e a reciclagem.

O Fornecedor deve ainda desenvolver e aplicar inovações para práticas ambientalmente responsáveis que reduzam ou minimizem os impactos ambientais adversos, ou que adotem políticas que procurem neutralizar a pegada ecológica, através da compensação das emissões de CO₂.

2.2 Direitos Humanos e Trabalho Digno

Dignidade Humana

O Fornecedor deve tratar os seus trabalhadores e interlocutores com dignidade e respeito, não os sujeitando a condições degradantes.

Tratamento Justo e Equitativo, Assédio e Discriminação

O Fornecedor deverá promover uma cultura e um ambiente de trabalho em que não sejam admitidas práticas de assédio (incluindo assédio sexual, ameaças de assédio ou retaliação por eventuais denúncias) e discriminação com base em características físicas, raça, religião, crenças, género, etnia, estado civil, maternidade, idade, afiliação política, nacionalidade, deficiência, saúde, orientação sexual ou qualquer outro fator. Não deve ser tolerada qualquer prática de abuso e intimação, e deve ser assegurado o respeito pela privacidade dos trabalhadores. A relação laboral deve ocorrer numa relação de trabalho formalizada assente na legislação e práticas correntes em Portugal.

Idade Mínima de Admissão ao Emprego: Trabalho Infantil e Jovem

O trabalho infantil é uma forma de exploração que viola um dos direitos humanos fundamentais. Espera-se que o Fornecedor opere de acordo com as convenções da OIT (Convenção de Idade Mínima n.º 138 e Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil n.º 182), que fornecem a estrutura para a lei nacional prescrever uma idade mínima para admissão em emprego ou trabalho que não deve ser inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória e, em qualquer caso, não inferior a 15 anos. A idade mínima para trabalhos perigosos é maior, 18 anos para todos os países.



As leis de trabalho infantil restringem os tipos de trabalho, horas trabalhadas e equipamentos usados por menores de 18 anos. Espera-se que o Fornecedor cumpra essas leis e disponibilize um ambiente adequado para esses trabalhadores.

Trabalho Forçado e Tráfico de Seres Humanos

Trabalho forçado, também designado como trabalho escravo, é o trabalho realizado involuntariamente e sob coação, geralmente por grupos relativamente grandes de pessoas. O trabalho forçado difere da escravidão porque envolve não a propriedade de uma pessoa por outra, mas apenas a exploração forçada do trabalho dessa pessoa. Espera-se que o Fornecedor desenvolva mecanismos para abolir o trabalho forçado nas suas operações, dos seus fornecedores e subcontratados e não sejam cúmplices de tais situações.

Espera-se que o Fornecedor não permita de forma alguma, no âmbito das suas operações e na dos seus fornecedores e subcontratados, a associação ao trabalho forçado e ao tráfico de pessoas e, que não seja cúmplice de tais situações.

Liberdade de associação e negociações coletiva

O Fornecedor deve respeitar os direitos dos trabalhadores de tomar decisões informadas, livres de coerção, ameaça ou represália quanto ao seu desejo de ingressar ou não na empresa.

2.3 Políticas positivas de Recursos Humanos

Ambiente e Condições de Trabalho e Desenvolvimento Pessoal e Profissional

O Fornecedor deve cumprir as leis, regulamentos e normas aplicáveis às condições de trabalho para os seus trabalhadores, sublinhando-se a política de remunerações e benefícios, igualdade de género, horários de trabalho e observância dos períodos de descanso, saúde e segurança.

Acresce, ainda, uma especial atenção para a adoção de políticas amigas da família, encorajando a conciliação da maternidade com a vida de trabalho e, a compatibilização da vida profissional com a vida familiar e pessoal.

O Fornecedor deve, também, proporcionar condições que promovam o florescimento humano, a capacitação e aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento profissional e pessoal das suas equipas.

Deve, igualmente, o Fornecedor estar aberto à adoção das novas formas de trabalho, que para além do melhor ajuste aos tempos atuais fomentam, ainda, uma melhor conciliação entre a vida profissional e familiar / pessoal.

Saúde e Segurança

Além de satisfazer as exigências mínimas legais referentes às condições do trabalho dignas, o Fornecedor deve proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável e tomar medidas e precauções necessárias para evitar acidentes e ferimentos.

2.4 INTEGRIDADE, ÉTICA E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

Responsabilidade e Integridade nos Negócios



Espera-se que o Fornecedor exerça a sua atividade com rigor, zelo, de forma dedicada e crítica, devendo assumir a responsabilidade pelos seus atos e decisões.

Espera-se ainda que o Fornecedor, nas relações com o ML ou com outras entidades, conduza os seus negócios e pautar a sua atuação por princípios éticos e segundo critérios de honestidade e de integridade de caráter, respeito pelos demais, não adotando quaisquer atos que possam de modo algum promover a obtenção de benefícios pessoais, colocando em causa, no seio da relação, a integridade do ML.

Conflito de interesses

O Fornecedor deve prestar todas as informações que lhe forem solicitadas e necessárias no âmbito do processo aquisitivo, por forma a evitar qualquer situação suscetível de originar, direta ou indiretamente, conflito de interesses.

Anticorrupção, Suborno, Ofertas e Crimes Financeiros

O Fornecedor deve demonstrar o seu compromisso para com a prevenção da corrupção.

O Fornecedor deverá adotar práticas para a prevenção de todas as formas de suborno, apoiar os esforços anticorrupção e de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou outros crimes financeiros.

Na sua relação com o ML abstêm-se de quaisquer práticas de suborno e de fazer ofertas, a qualquer título, de quaisquer benefícios, consumíveis ou duradouros.

Informação fidedigna

O fornecedor compromete-se com a veracidade da informação prestada ao ML em todas as matérias: condições de trabalho, saúde e segurança, responsabilidade ambiental, anticorrupção, dados financeiros, condições comerciais e quaisquer outras informações, no âmbito do Contrato estabelecido.

Mecanismos de Reclamação

O fornecedor deve dispor de sistemas que permitam apresentar reclamações, comunicações e sugestões.

3. Monitorização, Avaliação e Reporte de Violações

Cabe ao Fornecedor auditar a sua própria organização ou a sua cadeia de abastecimento por forma a garantir o cumprimento do Código.

Em qualquer momento e previamente agendado, o ML poderá realizar visitas ou simplesmente solicitar evidências do cumprimento do Código, recomendando ou exigindo, no caso do não cumprimento, recomendações ou planos de ação corretiva.

No âmbito da execução do contrato o Fornecedor deverá estar disponível para responder às questões colocadas durante a execução do contrato e proceder a uma avaliação da inclusão da sustentabilidade, no seu final, retirando daí as aprendizagens quer para o Fornecedor quer para o ML.



Sempre que o Fornecedor estiver perante um possível comportamento questionável ou uma possível violação deste Código deverá recorrer à Linha de Apoio ao Fornecedor, para dar nota das suas preocupações e em conjunto, sempre que possível, definirem-se estratégias de resolução.

Violações inequívocas deste Código são tratadas dentro de um espírito de responsabilidade, compreensão e abertura à melhoria contínua. Devem ser reportadas aquando da sua identificação para o contacto de email da Linha de Apoio ao Fornecedor.

Aprovado em Reunião de Câmara, 14 de dezembro de 2022

Município de Lisboa